



IMPACTOS ECONÔMICOS DA RECENTE CRISE DO SETOR SUCROENERGÉTICO EM MUNICÍPIOS CANAVIEIROS PAULISTAS¹

Economic impacts of the recent sugarcane industry crisis in sugarcane municipalities
of the State of São Paulo, Brazil

Henrique Faria dos Santos

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5376-3429>

livehenriquefariasantos@hotmail.com

Trabalho apresentado durante a 7ª Jornada Científica da Geografia da UNIFAL-MG & 1º Encontro
Sul Mineiro de Geografia e selecionado para publicação

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar os principais impactos econômicos provocados pela recente crise do setor sucroenergético à alguns municípios canavieiros do Estado de São Paulo. Durante a década de 2010, o setor sucroenergético brasileiro enfrentou um período de grave crise econômica, desencadeado por vários fatores conjunturais e técnico-estruturais, que levaram dezenas de usinas a entrarem em recuperação judicial, falência e encerramento (temporário ou permanente) das atividades operacionais. A sistematização bibliográfica e de dados e informações adotada neste estudo pôde mostrar que a crise afetou a economia de vários municípios especializados na produção e processamento da cana-de-açúcar, especialmente aqueles de baixo patamar demográfico e pouco dinâmicos em termos urbano-industriais, causando grandes perdas nos níveis de emprego e renda da população, redução do movimento de comércios e serviços urbanos e queda acentuada da arrecadação fiscal das prefeituras.

Palavras-chave: Setor sucroenergético; Crise econômica; Municípios canavieiros; Vulnerabilidade territorial; Estado de São Paulo.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the main economic impacts of the recent crisis in the sugarcane industry on some sugarcane-growing municipalities in the state of São Paulo. During the 2010s, the Brazilian sugarcane industry faced a period of serious economic crisis, triggered by various economic and technical-structural factors that led dozens of mills to go into receivership, bankruptcy and the (temporary or permanent) closure of operational activities. The systematization of the literature and

¹Artigo derivado de pesquisa de Tese de Doutorado financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo n° 2017/15377-3.

the data and information used in this study showed that the crisis affected the economy of several municipalities specializing in the production and processing of sugarcane, especially those with low demographic levels and little dynamism in urban-industrial terms, causing major losses in the population's employment and income levels, a reduction in the movement of trading activities and urban services and a sharp drop in tax revenue for municipalities.

Keywords: Sugarcane industry; Economic crisis; Sugarcane municipalities; Territorial vulnerability; State of São Paulo.

1. INTRODUÇÃO

Em meados da década de 2010, diversas notícias sobre crises econômicas em cidades do interior do país provocadas pelo fechamento de usinas processadoras de cana-de-açúcar despontaram na imprensa. Demissões em massa, salários e direitos trabalhistas atrasados, calotes de usinas com fornecedores e arrendatários de terras, canaviais abandonados por anos nas fazendas, impactos no comércio dos municípios, impostos que deixaram de ser pagos às prefeituras, estagnação das economias locais, entre outros problemas, eram fatos frequentemente veiculados por essas notícias. O contexto deixava claro que os rumos de desenvolvimento local (e até regional) eram colocados rapidamente em xeque logo após a desativação de uma usina sucroenergética, evidenciando a grande vulnerabilidade desses lugares.

A partir de 2011, um contexto de crise abateu o setor sucroenergético brasileiro, com uma onda de pedidos de recuperação judicial, falências e fechamento de usinas, impactando seriamente a economia de vários municípios das Regiões Produtivas do Agronegócio Sucroenergético (RPAS) (SANTOS, 2022). A dificuldade financeira e operacional de dezenas de unidades agroindustriais ocasionou vários problemas locais, principalmente nos municípios de baixo patamar demográfico, de reduzido dinamismo urbano-industrial² e de economia altamente especializada e dependente da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, como as muitas do Estado de São Paulo³.

² Esses municípios, em sua maior parte, possuem *cidades pequenas* ou, como propunha Milton Santos (1982), *cidades locais*, compreendidas como núcleos urbanos dotados de certa centralidade e que possuem (ou deveriam possuir) uma relativa autonomia econômica e político-administrativa, isto é, capazes de atender as necessidades inadiáveis de uma reduzida aglomeração populacional, tais como relacionadas à produção (agrícola e industrial) e ao consumo de bens e serviços públicos e privados (comércio, bancos, saúde, educação, transporte coletivo, segurança, saneamento etc.). Ou seja, esses são centros dotados de certa concentração de moradores e complexidade de atividades que expressam uma divisão social de trabalho de alcance local (e regional, a depender da atividade) e muito influenciadas pelo cotidiano rural/agrícola, mas suficientes para atender a sua hinterlândia (urbana e rural), permitindo-os serem reconhecidos como sedes municipais (no caso da legislação brasileira) (ENDLICH, 2009; CORRÊA, 2011; SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013; MANFIO e BENADUCE, 2021). Diferenciam-se dos centros de hierarquia urbana superior já que “têm dificuldades em assegurar maior nível de ofertas de serviços sofisticados/diversificados e apresentam aquelas mercadorias que são mais rotineiras no processo de consumo humano, havendo menor abrangência no seu alcance máximo espacial” (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p. 50). Apesar da grande variação demográfica deste perfil geográfico-funcional de cidades, geralmente, no Brasil, elas apresentam patamares menores do que 60 mil habitantes (IBGE, 2020).

³ Folha de São Paulo (23/06/2014): '**Cemitério de usinas', cidades sofrem com crise sucroalcooleira em SP**. Disponível em: <https://bit.ly/380qR9d>. Acesso em: nov./2020.

Os impactos econômicos ocorreram devido à elevada vulnerabilidade dos municípios economicamente especializados na agroindústria sucroenergética. As demandas de consumo produtivo da atividade e o aumento do consumo da crescente população local, sobretudo do contingente de trabalhadores atraídos pela oferta de empregos vinculados à atividade, elevou o número de estabelecimentos comerciais e serviços nessas cidades, bem como contribuíram para incrementar a arrecadação de impostos das prefeituras, que passaram a dispor de mais recursos para realizarem novos investimentos e ampliar o pessoal administrativo. Por outro lado, a monocultura de cana-de-açúcar passou a ocupar grande parte das terras nos espaços rurais, diminuindo a diversidade produtiva agropecuária, ao mesmo tempo que tornou as atividades urbanas de vários municípios funcionalizadas e dependentes economicamente da dinâmica produtiva sucroenergética (SANTOS e CASTILLO, 2020).

Tendo em vista estas situações geográficas e as implicações locais provocadas pela dificuldade do setor sucroenergético no Brasil, o objetivo do presente artigo é analisar os principais impactos econômicos da crise deste setor em alguns municípios paulistas altamente especializados na produção e processamento de cana-de-açúcar. A metodologia adotada no estudo consistiu na interlocução de três etapas: 1) *levantamento e a revisão bibliográfica* (livros, artigos, teses, dissertações, documentos de instituições públicas) sobre os fatores que levaram à recente crise do setor sucroenergético no Brasil e os impactos econômicos provocados às empresas e aos municípios canavieiros; 2) *levantamento e sistematização de dados estatísticos e informações jornalísticas* sobre os grupos empresariais do setor que entraram em recuperação judicial, faliram e fecharam usinas (RPA Consultoria, Portal Novacana, Jornal Valor Econômico, Jornal o Estado de São Paulo e outros canais da imprensa) e sobre os indicadores que pudessem retratar os impactos econômicos da crise sucroenergética aos municípios selecionados, como evolução dos empregos formais (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS), do Produto Interno Bruto (PIB), do número de empresas ativas, da área plantada de cana-de-açúcar e outros cultivos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE); 3) *trabalhos de campo* para visitar alguns municípios do estado de São Paulo⁴ que tiveram usinas fechadas ou que estavam operando em recuperação judicial e realizar entrevistas com prefeituras, sindicatos (patronais e de trabalhadores rurais), associações de fornecedores de cana-de-açúcar, usinas, produtores rurais e comerciantes com o objetivo de coletar dados e informações sobre os impactos econômicos provocados pela crise sucroenergética local.

⁴ Os municípios visitados foram: Brejo Alegre, Espírito Santo do Turvo, Flórida Paulista, Ibirarema, Marabá Paulista, Promissão e Santo Antônio do Aracanguá.

2. ASPECTOS DA RECENTE CRISE DO SETOR SUCROENERGÉTICO NO BRASIL

A partir do início da década de 2010, o setor sucroenergético experienciou uma fase de dificuldade econômica em função de diversos fatores conjunturais e técnico-estruturais (SANTOS e SAMPAIO, 2023). Um dos eventos que culminaram nessa situação foi a crise econômica e financeira internacional de 2007-2008 (HARVEY, 2011; CHESNAIS, 2013). O efeito dominó da crise se alastrou por vários países, através do congelamento do sistema de crédito e das sucessivas quebras no valor das bolsas de mercadorias. O resultado foi que “a confiança do consumidor despencou, a construção de habitação cessou, a demanda efetiva implodiu, as vendas no varejo caíram, o desemprego aumentou e as lojas e fábricas fecharam” (HARVEY, 2011, p. 13). Houve ainda fortes oscilações cambiais e a redução da demanda internacional e dos preços de produtos primários e semielaborados. Logo, tal episódio acabou gerando graves impactos a diversos setores ligados ao agronegócio e aos seus respectivos agentes e espaços produtivos. Um dos setores mais afetados no Brasil foi o sucroenergético, que vinha se expandindo enormemente em função das altas expectativas de crescimento do mercado internacional de etanol, com fortes investimentos realizados a partir da alta captação de crédito e endividamento, boa parte realizadas em dólar.

Segundo Mendonça, Pitta e Xavier (2012) e Pitta et al. (2014), umas das maiores consequências da crise foi o aumento do endividamento e da falência de muitas usinas. Como muitos grupos sucroenergéticos haviam contraído empréstimos baratos em dólar e realizado especulações com derivativos cambiais para financiar o seu processo de expansão – mediante promessa futura de produção e lucro atrelada ao bom preço das *commodities* (2003-2008) –, a súbita valorização do dólar frente ao real nos anos seguintes a 2008 e a queda do preço internacional do açúcar e do petróleo fez aumentar acentuadamente o montante das dívidas. Os prejuízos financeiros do setor com os derivativos cambiais, segundo os autores, somaram mais de R\$ 4 bilhões na safra 2008/2009. Tal contexto forçou vários grupos a venderem os seus ativos e a interromper os projetos de expansão de unidades *brownfields* e de instalação de novas unidades *greenfields*.

Com os saldos negativos de caixa e as restrições de crédito no mercado, muitas empresas deixaram de pagar suas dívidas e a investir, por exemplo, na renovação dos canaviais, nos tratos culturais e adubação, no combate sistemático de pragas e doenças, na troca de equipamentos e maquinários tecnologicamente defasados etc., reduzindo consideravelmente a produtividade agrícola e industrial, a rentabilidade dos negócios e, portanto, os níveis de competitividade. Para Pitta *et al.* (2014, p. 15), no caso das empresas canavieiras a beira da falência, “a incapacidade de reprodução destas usinas se relaciona com a impossibilidade de acessar novos financiamentos”, já que o não pagamento de dívidas anteriores e a falta de bens como garantias levaram os bancos a negarem novos pedidos de empréstimos.

Em função dessas circunstâncias de escala nacional e internacional, o setor sucroenergético passou a apresentar uma grave situação econômica a partir de 2011, interrompendo definitivamente o seu movimento de expansão no território nacional, mas não impedindo, contudo, o processo de consolidação de capital (SANTOS, 2022). A taxa média de crescimento anual de processamento da cana-de-açúcar entre as safras 1999/2000 e 2009/2010 foi de 8,7%, enquanto entre as safras 2010/2011 e 2019/2020 foi de apenas 0,6%. Dados da EPE (2021) mostram que o número de novas usinas instaladas decresceu significativamente e 115 encerraram suas atividades temporária ou permanentemente no Brasil entre 2008 e 2020 (Figura 1). Com isso, o número de usinas em operação no país caiu de 440 em 2008 para 369 em 2020 (NEVES; CONEJERO, 2010; SAPCANA, 2020; EPE, 2021).

Com os níveis de prejuízos crescentes e o descontrole das dívidas, vários grupos tiveram dificuldades financeiras e passivos com funcionários, proprietários de terras (arrendamentos), bancos, fornecedores (matéria-prima, máquinas, equipamentos, serviços) e o Estado (tributos e impostos). A saída para evitar a falência foi entrar com pedido de recuperação judicial, iniciativa respaldada pela Lei 11.101 (BRASIL, 2005) que visa negociar junto aos credores, com a devida mediação da Justiça, prazos maiores e facilitados para saldar as dívidas. Porém, como se observou em vários casos desde 2008⁵, dificilmente os grupos conseguiram se recuperar de tal situação, culminando em falência e fechamento de usinas, ou então na venda delas a um grupo com melhores condições financeiras. Devido à situação de insegurança financeira e falta de garantias, esses grupos acabaram enfrentando restrições de crédito junto aos bancos e investidores, o que reduziu a capacidade de investimento para aumentar a produtividade ou mesmo para custear as operações agroindustriais.

⁵ Novacana (28/01/2016): **O destino está praticamente selado para as 85 usinas em recuperação judicial no Brasil**, disponível em: <https://goo.gl/2ZQU89>.; Revista Exame (28/03/2016): **Entra ruim, sai pior: veja a recuperação judicial na prática**, disponível em: <https://bit.ly/3xc6dNQ>; Novacana (22/07/2017): **Mais calotes e falências: uma análise sobre os processos de recuperação judicial no setor sucroenergético**, disponível em: <https://goo.gl/sGi68w>; JornalCana (09/10/2019): **Recuperação judicial no segmento Açúcar e Alcool**, disponível em: <https://bit.ly/3bzBnH3>, ambas com acesso em: ago./2020.

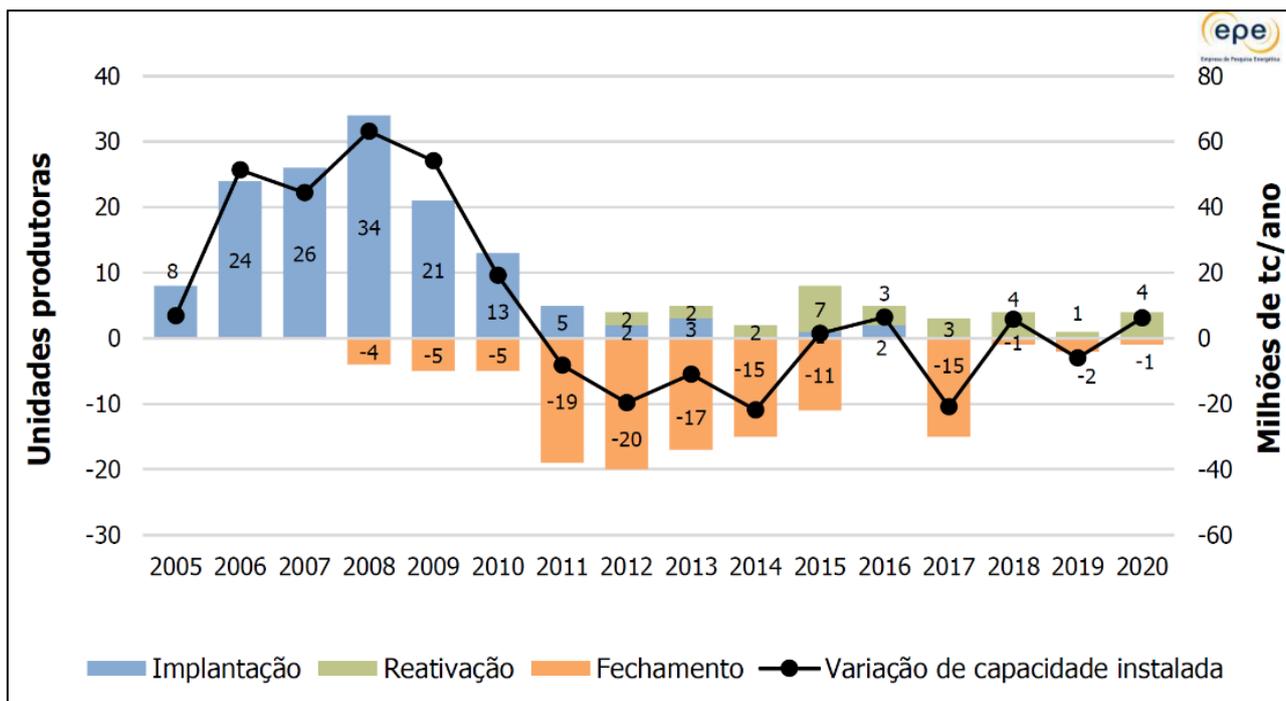


Figura 1 – Brasil: usinas implantadas, fechadas e reativadas e variação da capacidade instalada, 2005-2020
Fonte: Extraído de Análise de Conjuntura dos Biocombustíveis 2020 (EPE, 2021, p. 23).

Assim, até 2020, constatava-se a existência de muitos grupos sucroenergéticos em recuperação judicial ou em situação de falência, com usinas que podiam ter suas atividades suspensas a qualquer momento ou que já se encontravam paralisadas há algum tempo (com alto risco de ficarem fechadas permanentemente), espalhadas em todas as áreas canavieiras do país, conforme podemos notar no mapa da Figura 2. Somente em setembro de 2020, de acordo com dados da RPA (2020) e do Novacana (2020), haviam 65 usinas operando em recuperação judicial. Outras 79 com as operações suspensas (quase 20% do total), das quais 19 estavam em situação jurídica regular (apenas não moeram na safra por decisão de grupos que visavam reduzir custos⁶), 31 em recuperação judicial e 29 falidas.

⁶ A decisão dos grupos está relacionada com o redirecionamento da matéria-prima para ser processada em unidades próximas e de maior capacidade produtiva, ocasionando o fechamento das usinas para otimizar os gastos com operações agroindustriais.

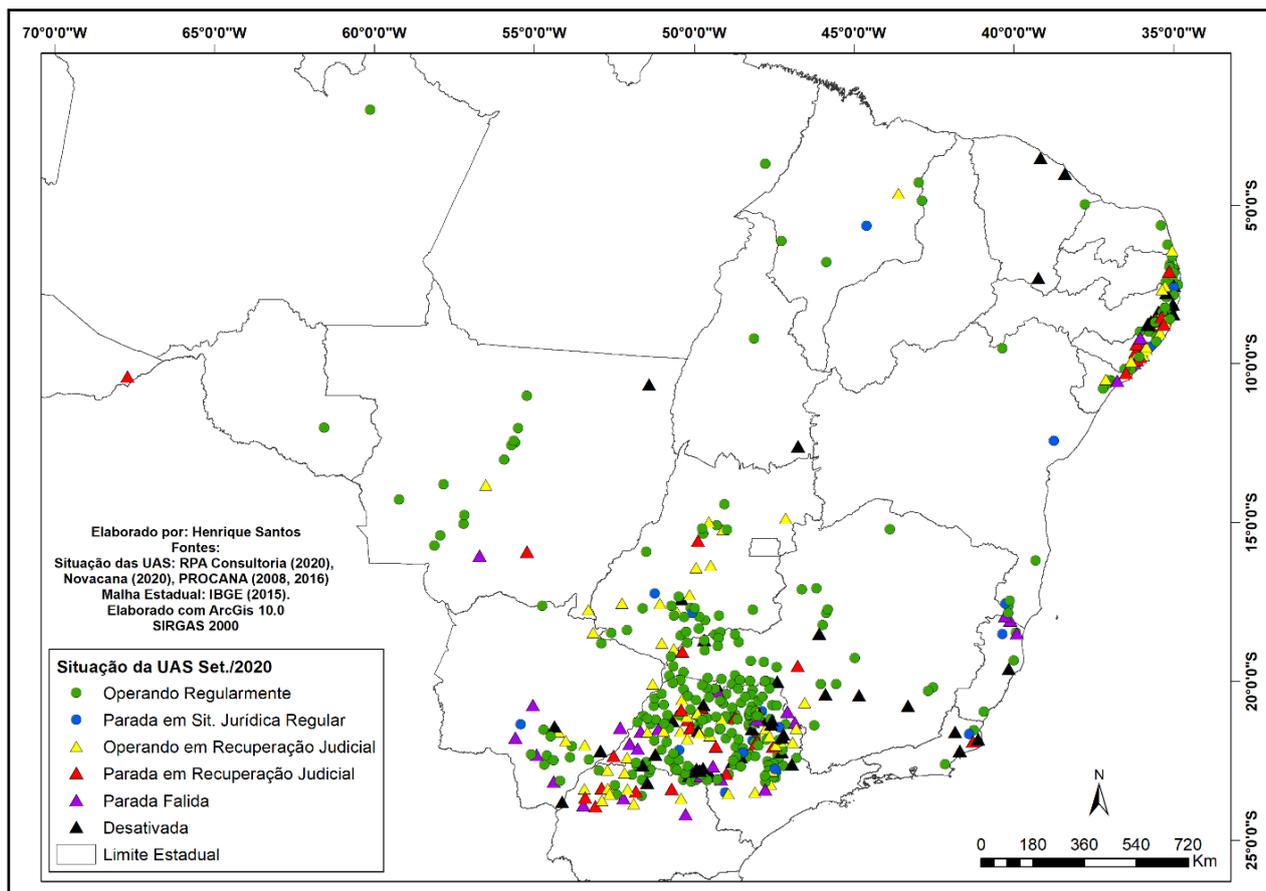


Figura 2 – Brasil: usinas sucroenergéticas, por situação operacional e jurídica, setembro de 2020
Fonte: RPA (2020), Novacana (2020), Procana (2009, 2016).
Cartografia: do autor.

Entre 2018 e 2019, o total de usinas paradas chegou a representar aproximadamente 13% do total da capacidade de moagem de cana e 23% das usinas instaladas no país⁷. Além disso, conforme levantamento realizado a partir dos Anuários da Cana (PROCANA, 2009, 2016) e do Portal Novacana (2020), outras 55 plantas de processamento de cana-de-açúcar foram permanentemente desativadas desde 2008⁸, isto é, desmontadas ou que não possuíam condições técnicas de voltarem a operar devido à grande degradação das instalações pelo longo tempo em que ficaram fora de operação.

3. A VULNERABILIDADE ECONÔMICA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS CANAVIEIROS

A onda de pedidos de recuperação judicial e de falências de grupos empresariais sucroenergéticos, acompanhada do fechamento temporário ou permanente de várias usinas, desestabilizou a economia de muitos municípios envolvidos na produção canavieira e que estavam

⁷ Valor Econômico (18/09/2018): **Usinas paradas respondem por 13% da capacidade de moagem**, disponível em: <https://goo.gl/dD5aJp>.; Novacana (05/04/2019): **Em 2019, 23% das usinas brasileiras de cana-de-açúcar estarão paradas**, disponível em: <https://bit.ly/2WNAorS>. Acesso em: abr./2019.

⁸ O levantamento considerou que empresas listadas nos Anuários da Cana de 2009 e 2016, mas que não constavam na lista do Portal Novacana (2020), estavam desativadas permanentemente.

em situação de alta *vulnerabilidade territorial* (SANTOS e CASTILLO, 2020; SANTOS et al., 2022). Esses eventos comprometeram os rumos de desenvolvimento dessas localidades, que hoje buscam se adaptar à nova realidade de poucas alternativas de retomada do crescimento econômico.

Dada a necessidade de uso monopolista do território (CASTILLO, 2015), o agronegócio sucroenergético se tornou a principal atividade econômica de muitos municípios, predominando, por exemplo, sobre o valor da produção agrícola, os contratos de arrendamento de terras, o emprego da mão de obra (urbana e rural), a geração de renda (lucros e salários), a demanda por produtos e serviços urbanos (venda de insumos químicos e mecânicos, transporte, manutenção de máquinas e equipamentos, hotéis, restaurantes, postos de combustíveis etc.), o movimento do comércio e demais serviços à população (supermercados, lojas, farmácias, bancos, restaurantes, postos de combustíveis, colégios particulares) e, por conseguinte, sobre a arrecadação fiscal das prefeituras, como a cota parte do Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços (ISS). Como argumenta Silveira (2010, p. 80), a especialização territorial produtiva provocada pela instalação de um grande empreendimento corporativo “muda as condições da equação do emprego, da estrutura do consumo, do uso das infraestruturas, da composição do orçamento público, da estrutura das despesas públicas, do comportamento das demais empresas, da imagem do lugar, dos comportamentos individuais e coletivos.”

Como a operação de uma usina e a massa salarial de seus funcionários movimentam o comércio das cidades, resultando em uma renda ampliada e maiores níveis de arrecadação de impostos, os prejuízos decorrentes do encerramento repentino das atividades são expressivos. A demanda por bens e serviços, tanto para o consumo produtivo como para o consumo das famílias, estimula os rendimentos das pequenas e médias empresas vinculadas a atividades como, por exemplo, de transporte de cargas, abastecimento de combustível, manutenção de veículos e máquinas, comercialização de insumos químicos, implementos mecânicos e materiais de construção civil, papelarias, hotéis, bares e restaurantes, entre outras. Há também um aumento dos contratos de aluguéis de imóveis urbanos e de arrendamento de terras, bem como o aumento da renda dos agricultores com o fornecimento da cana-de-açúcar.

Analisando esses aspectos, Mirlei Pereira (2015), por exemplo, denominou alguns centros urbanos da região do Triângulo Mineiro, intensamente ritmados pelo agronegócio sucroenergético, como “cidades da cana”. De acordo com o autor, é comum que essas cidades apresentem as seguintes características:

- 1) São pequenos núcleos urbanos, em geral pouco populosos (no caso do Triângulo Mineiro variando entre 04 e 18 mil habitantes), que possuem uma ou mais usinas sucroenergéticas em área territorial municipal (com usinas próximas ou não da área urbana); 2) Tais núcleos estão inseridos em municípios com amplo predomínio da cultura da cana em sua área territorial, quando comparada ao conjunto dos outros cultivos agrícolas (tanto os temporários quanto os permanentes), gerando paisagens monótonas que na última década ganham espaço no

Triângulo Mineiro; e 3) Na maioria dos casos, tais núcleos possuem economia predominantemente pautada na atividade agropecuária (setor primário) ou industrial (um setor secundário resultante no mais das vezes exclusiva ou significativamente das atividades sucroenergéticas).

Todavia, quando uma usina tem suas atividades suspensas, ocorre o cessamento da circulação de boa parte dessa renda, diminuindo os níveis de consumo e elevando o endividamento das pessoas, comprometendo seriamente os empreendimentos comerciais e de serviços. A prefeitura, por sua vez, fica em uma situação difícil, já que deixa de arrecadar os impostos gerados pela produção e circulação de bens e serviços dinamizados pelo funcionamento da usina e passa a contar com um orçamento reduzido para a manutenção dos serviços públicos e a realização de investimentos em infraestrutura, além de, eventualmente, demitir servidores terceirizados e arcar com o aumento dos custos com assistência social.

A vulnerabilidade dos municípios frente à crise sucroenergética se caracteriza, portanto, pela suscetibilidade aos efeitos relacionados a danos e perdas na economia local em termos de emprego, renda, arrecadação fiscal e PIB. Pelo fato de boa parte dos municípios canavieiros ser de pequeno patamar demográfico para o padrão brasileiro, isto é, de até 30 mil habitantes⁹, e possuir pouca concentração ou diversidade de atividades econômicas (agropecuária, industrial e serviços), o cessamento da atividade produtiva principal (a sucroenergética) gera uma série de efeitos negativos de médio e longo prazo que se efetivam na diminuição da população residente, na estagnação ou decréscimo da economia (recessão) ou mesmo na perda da autonomia econômica municipal, chegando ao limite, algumas vezes, das prefeituras decretarem estado de calamidade pública para contar com repasses excepcionais dos governos estadual e/ou federal para assegurar o funcionamento da administração.

O mapa da Figura 3 mostra a localização dos municípios da Região Centro-Sul que tiveram usinas sucroenergéticas fechadas durante a década de 2010.

⁹ Dos 900 municípios do país com usinas instaladas e/ou área de cana-de-açúcar cultivada acima de 1.000 ha, 660 (ou 73% do total) possuem até 30 mil habitantes. Entre os 282 municípios com usinas em operação, 167 (ou 60%) possuem o mesmo efetivo populacional.

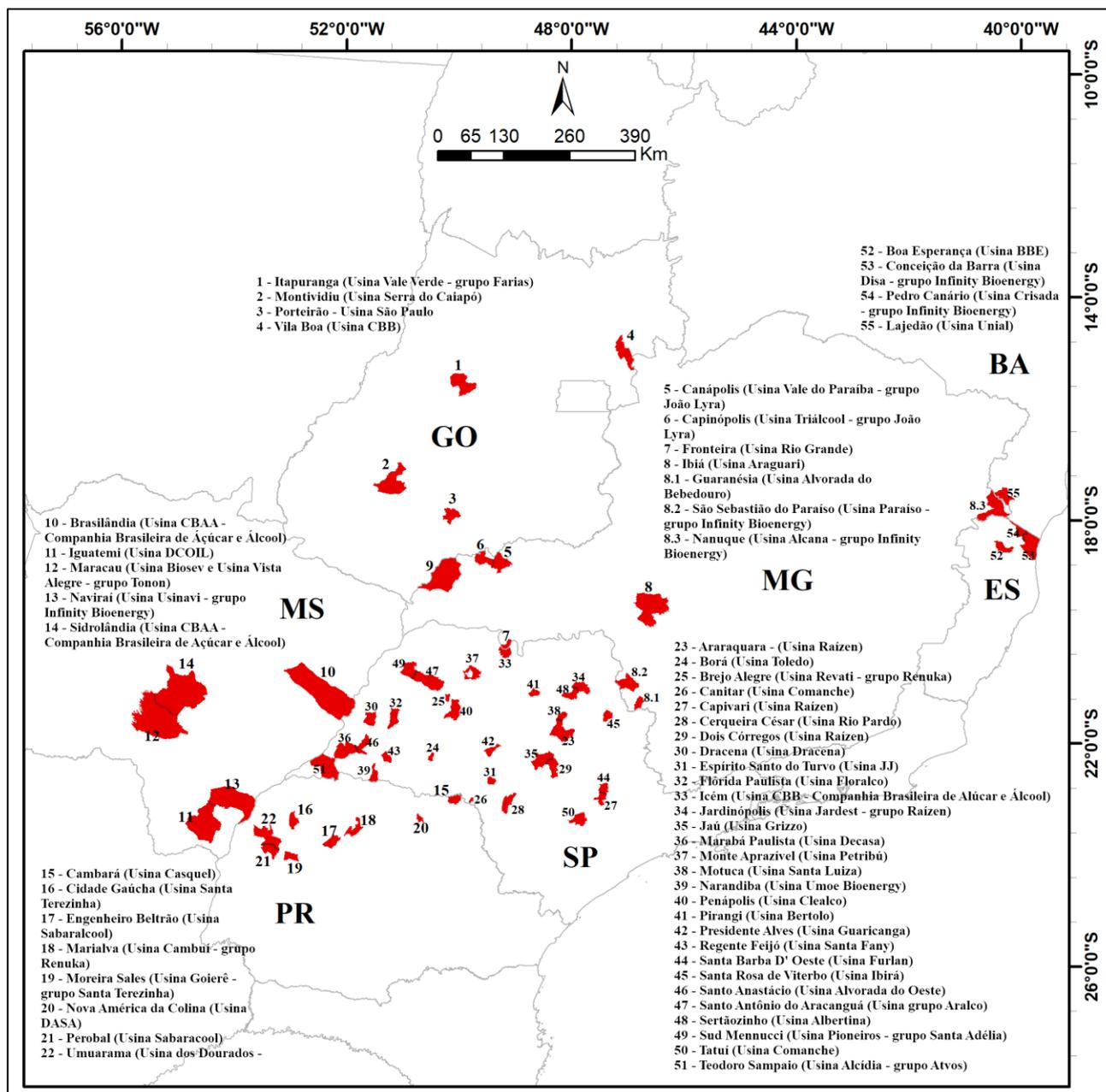


Figura 3 – Região Centro-Sul: municípios que tiveram usinas fechadas durante a década de 2010.

Fonte: RPA Consultoria (2020), Novacana (2020).

Cartografia: Henrique Santos.

4. IMPACTOS ECONÔMICOS DA CRISE SUCROENERGÉTICA EM ALGUNS MUNICÍPIOS CANAVIEIROS PAULISTAS

Em Espírito Santo do Turvo (SP), pequeno município de quase 5 mil habitantes, o fechamento da *Usina Agrest* em 2011, que processava 1,6 milhão de toneladas de cana por safra e chegou a empregar quase 1,5 mil pessoas, apresentou redução de 234% no número de empregos formais registrado no município, já que a usina participava em mais de 60% do total dos vínculos (Figura 4). A empresa pertencia ao grupo Petroforte, que chegou a ser uma das maiores distribuidoras de combustíveis do país e se envolveu em inúmeros casos de corrupção, acabando por falir em 2003.

Após isso, a unidade foi arrendada por um dos bancos credores, que entrou em dificuldade financeira e encerrou as atividades em 2011. Então, a empresa chegou a ser vendida e reaberta em 2012, mas após um revés judicial, o negócio foi cancelado e a usina foi novamente fechada em 2013.¹⁰

Com a demissão de cerca de mil trabalhadores, boa parte sem receber os devidos salários atrasados e encargos¹¹, houve enorme impacto no comércio e nos serviços de Espírito Santo do Turvo, bem como a redução de 30% na receita de impostos¹². Assim, registrou-se queda significativa no número de empresas ativas, no PIB industrial, no valor adicionado de impostos, no PIB total, na área plantada de cana-de-açúcar, na área e no valor da produção agrícola, conforme podemos notar nos dados da Tabela 1. Até 2011, a cana-de-açúcar representava mais de 90% do total da área de lavouras do município. Mas com a diminuição de sua produção, a citricultura passou a ser a principal atividade agrícola. Em 2021, a usina foi leiloadada por R\$ 74 milhões, criando expectativas do acerto das dívidas com os agentes locais e a retomada da operação¹³.

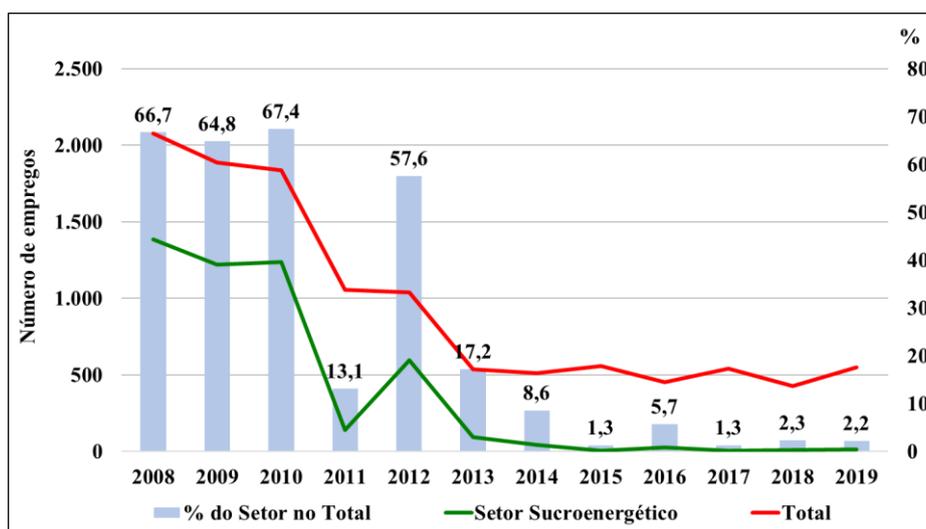


Figura 4 – Espírito Santo do Turvo (SP): evolução dos vínculos empregatícios total e no setor sucroenergético e porcentagem do setor no total de empregos do município, 2008-2019

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020).

Organização: Henrique Santos.

¹⁰ DebateNews (02/09/2007): **Pedido de falência ameaça Agrest**. Disponível em: <https://bit.ly/3HQ3PBP>. Acesso em: jul./2021.

¹¹ G1 (26/04/2012): **Trabalhadores demitidos estão sem acerto em Espírito Santo do Turvo, SP**. Disponível em: <https://glo.bo/3xUIRwn>. Acesso em: jul./2021.

¹² Jornal da Cidade de Bauru – JCNET (10/04/2014): **Usina fechada agrava a crise**. Disponível em: <https://bit.ly/2UuG3HV>. Acesso em: jul./2021.

¹³ Debate News (19/06/2021): **Justiça homologa leilão, e usina Sobar tem novo dono**. Disponível em: <https://bit.ly/3itgE9v>. Acesso em: jul./2021.

Tabela 1: Espírito Santo do Turvo (SP): alguns indicadores econômicos, 2008-2019.

Ano	Número de empresas ativas	PIB Indústria (mil R\$)	PIB Impostos (mil R\$)	PIB Total (mil R\$)	Área plantada de cana-de-açúcar (há)	Área agrícola (há)	Valor da produção agrícola (mil R\$)	% da cana na área agrícola
2008	109	16.124	4.599	59.443	5.000	5.342	13.407	93,6
2009	284	20.889	5.779	71.546	5.000	5.525	13.373	90,5
2010	300	24.191	6.682	76.278	5.000	5.298	14.687	94,4
2011	305	17.528	5.494	68.351	5.000	5.355	16.530	93,4
2012	310	15.798	6.689	70.698	6.500	9.269	95.123	70,1
2013	311	20.989	6.133	83.671	4.320	7.118	34.181	60,7
2014	288	23.856	6.448	96.018	5.400	8.165	56.475	66,1
2015	306	5.421	2.800	58.411	4.000	9.900	35.244	40,4
2016	282	4.871	3.105	71.133	2.500	9.105	60.520	27,5
2017	284	4.442	4.026	73.712	2.500	8.835	61.031	28,3
2018	272	4.408	4.803	78.692	2.000	5.650	53.627	35,4
2019	269	-	-	-	2.200	5.937	46.029	37,1

Fonte: IBGE (2020a, 2020c, 2020d, 2020e) e RAIS (2020).

Organização: Henrique Santos.

Ibirarema (SP), com 7 mil habitantes, também passou pela mesma situação depois que a *Usina Pau D'Alho*, principal fonte geradora de emprego e renda do município (75%) e com capacidade de processar 2,2 milhões de cana por safra, fechou em 2013, desempregando mais de 1.900 pessoas (Figura 5). Segundo informações da prefeitura, mais de mil pessoas do município trabalhavam na empresa e ficaram sem renda após a demissão em massa. Em mais um caso, não houve o pagamento de salários atrasados e indenizações, o que deixou centenas de famílias desamparadas¹⁴. A dívida com a categoria era estimada em R\$ 20 milhões. Proprietários de terras e fornecedores de cana-de-açúcar também ficaram sem receber¹⁵.

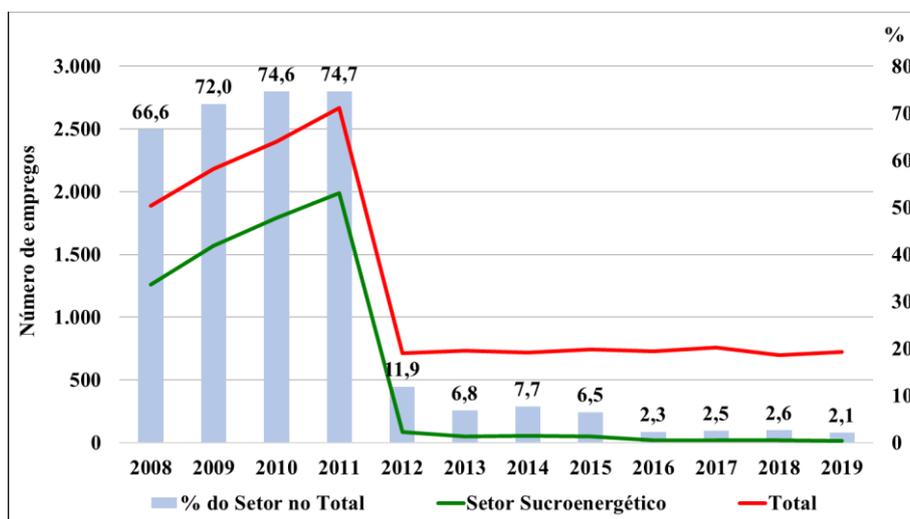


Figura 5 – Ibirarema (SP): evolução dos vínculos empregatícios total e no setor sucroenergético e porcentagem do setor no total de empregos do município, 2008-2019.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020).

Organização: Henrique Santos

¹⁴ Globo Rural (11/12/2012): **Cerca de dois mil funcionários de usina de cana-de-açúcar são demitidos em Ibirarema (SP)**. Disponível em: <https://bit.ly/3BnUM87>; G1 (10/06/2013): **Ex-funcionários de usina aguardam pagamento há 6 meses em Ibirarema**, disponível em: <https://glo.bo/3ezTdtR>. Acesso em: jul./2021.

¹⁵ G1 (11/07/2012): **Fornecedores de cana reclamam de falta de pagamento em Ibirarema, SP**. Disponível em: <https://glo.bo/3hXRVeF>. Acesso em: jul./2021.

O impacto econômico local foi tão grande que levou a prefeitura de Ibirarema a decretar estado de calamidade pública por não possuir recursos suficientes para prover assistência ao expressivo número de famílias com necessidades alimentícias e de moradia. O decreto foi uma forma de requisitar ajuda aos governos estadual e federal na tentativa de complementar os recursos¹⁶. Com esse quadro, os dados do IBGE registraram queda no número de empresas ativas, no PIB industrial, na área plantada de cana-de-açúcar e na área total de lavouras, conforme podemos notar na Tabela 2. Contudo, em 2019 a usina foi vendida para um grupo de produtores da Associação Rural dos Fornecedores e Plantadores de Cana da Média Sorocabana (Assocana), o que a fez retomar as atividades em 2020, favorecendo o aumento das contratações e amenizando a crise local¹⁷.

Tabela 2: Ibirarema (SP): alguns indicadores econômicos, 2008-2019.

Ano	Número de empresas ativas	PIB Indústria (mil R\$)	PIB Impostos (mil R\$)	PIB Total (mil R\$)	Área plantada de cana (ha)	Área agrícola (ha)	Valor da produção agrícola (mil R\$)	% da cana na área agrícola
2008	200	13.410	5.928	89.957	10.100	24.958	54.338	40,5
2009	207	14.742	5.279	100.226	8.845	21.720	42.670	40,7
2010	218	35.937	9.187	133.411	9.545	22.398	55.259	42,6
2011	229	40.247	11.891	155.762	11.100	24.083	77.945	46,1
2012	188	25.690	8.518	126.177	8.700	22.783	58.569	38,2
2013	183	31.938	11.220	156.175	8.700	23.866	74.729	36,5
2014	149	34.964	17.552	175.147	8.700	25.240	63.071	34,5
2015	150	160.225	18.073	306.365	10.273	26.008	76.688	39,5
2016	161	16.105	13.617	164.036	10.273	25.811	89.349	39,8
2017	182	22.903	16.327	183.260	4.565	27.843	93.346	16,4
2018	178	19.852	17.788	183.537	5.665	25.780	90.228	22,0
2019	179	-	-	-	6.000	24.965	90.983	24,0

Fonte: IBGE (2020a, 2020c, 2020d, 2020e) e RAIS (2020).

Organização: Henrique Santos.

Similarmente, Marabá Paulista (SP), com quase 6 mil habitantes, foi fortemente afetado com o fechamento da *Usina Decasa*, que processava 1,4 milhão de toneladas de cana por safra. Tendo ficado com as atividades paralisadas por dois anos antes do pedido de recuperação judicial ter sido aceito no início de 2010, a empresa voltou a funcionar no mesmo ano. Porém, não conseguiu honrar os compromissos financeiros e encerrou definitivamente as operações em dezembro de 2013, dispensando 1,2 mil funcionários sem quitar os salários dos últimos meses e os direitos rescisórios. A queda no número de empregos formais foi de quase 190% entre 2012 e 2019, já que a empresa era responsável por mais de 60% dos empregos (Figura 6). Para leiloar os ativos e efetuar o pagamento

¹⁶ G1 (26/06/2013): **Fechamento de usina pode gerar estado de calamidade pública**, disponível em: <https://glo.bo/3kyX66l>; Prefeitura de Ibirarema, **decreto n. 30 de 24 de junho de 2013**, disponível em: <https://bit.ly/3xTr6xA>. Acesso em: jul./2021.

¹⁷ Money Times (27/08/2019): **Ener Sugar repagina usina parada com R\$ 5 mi e volta ao mercado em 2020 com cana garantida**. Disponível em: <https://bit.ly/3xTENg1>. Acesso em: jul./2021.

das dívidas (R\$ 30 milhões só com encargos trabalhistas), a justiça decretou falência da empresa em 2015¹⁸.

Também tendo grande dependência da usina, Marabá Paulista registrou queda expressiva do número de empresas ativas, do PIB industrial, do valor adicionado de impostos e do PIB total (Tabela 3). Embora a cana-de-açúcar produzida seja destinada a outras usinas sucroenergéticas da região, houve leve queda de sua área cultivada, o que puxou para baixo a área total de lavouras e do valor da produção agrícola após 2016. Impactos foram sentidos ainda nas cidades vizinhas de Presidente Venceslau (SP), Caiuá (SP), Piquerobi (SP) e Mirante do Paranapanema (SP), que também dependiam da renda gerada pelo funcionamento da usina. Segundo relatou a Prefeitura Municipal de Marabá Paulista, no início de 2021 a usina foi leiloada por R\$ 23 milhões, mas não havia expectativa de retomar as atividades por falta de cana-de-açúcar e desinteresse do novo proprietário.

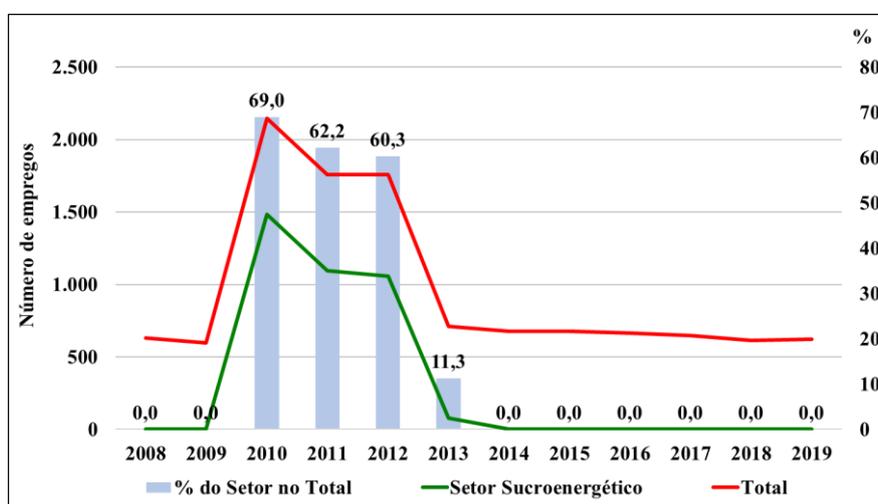


Figura 6 – Marabá Paulista (SP): evolução dos vínculos empregatícios total e no setor sucroenergético e porcentagem do setor no total de empregos do município, 2008-2019

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020).

Organização: Henrique Santos.

Tabela 3 – Marabá Paulista (SP): alguns indicadores econômicos, 2008-2019.

Ano	Número de empresas ativas	PIB Indústria (mil R\$)	PIB Impostos (mil R\$)	PIB Total (mil R\$)	Área plantada de cana (ha)	Área agrícola (ha)	Valor da produção agrícola (mil R\$)	% da cana na área agrícola
2008	105	9.875	2.232	70.760	9.162	10.860	27.370	84,4
2009	118	13.085	2.294	79.814	10.200	11.267	22.878	90,5
2010	112	14.952	3.737	100.308	17.000	18.517	57.764	91,8
2011	95	17.594	4.283	113.155	17.500	19.575	82.669	89,4
2012	98	18.037	3.895	107.757	14.962	16.896	63.010	88,6
2013	83	17.015	4.023	106.306	13.423	15.385	55.410	87,2
2014	82	18.389	5.405	132.528	23.138	25.004	97.309	92,5
2015	91	18.392	5.189	121.003	15.289	17.305	75.282	88,4
2016	94	6.513	2.696	124.015	18.771	20.798	100.330	90,3
2017	94	8.098	2.431	121.307	16.706	18.513	83.104	90,2

¹⁸ Portal Prudentino (26/01/2015): **Justiça de Venceslau decreta falência da Usina Decasa**. Disponível em: <https://bit.ly/3Bnh1ei>. Acesso em: jul./2021.

2018	91	3.799	2.075	101.579	14.337	16.664	70.258	86,0
2019	96	-	-	-	14.879	16.640	80.887	89,4

Fonte: IBGE (2020a, 2020c, 2020d, 2020e) e RAIS (2020).

Organização: Henrique Santos.

Flórida Paulista (SP), com 14 mil habitantes, foi outro município afetado depois que a *Usina Floralco*, pertencente ao grupo Agro Bertolo e com capacidade de processar 2,5 milhões de toneladas de cana, fechou e desempregou mais de 1,7 mil pessoas em 2013 (Figura 7). Tendo entrado em recuperação judicial em 2010, as dificuldades financeiras da empresa e a má gestão dos administradores levou a justiça a decretar falência em 2017. Muitos funcionários demitidos ficaram sem receber os salários dos últimos meses trabalhados e os direitos, como a rescisão dos contratos e o repasse do FGTS e do INSS, o que dificultou o recebimento do seguro-desemprego. A empresa já praticava inadimplências e sujeição de trabalhadores a condições precárias de trabalho desde 2010¹⁹. Produtores rurais e fornecedores também ficaram sem receber os passivos. Com uma dívida de R\$ 20 milhões com trabalhadores e R\$ 16 milhões com parceiros agrícolas, a usina chegou a funcionar em curto período no ano de 2015, contratando mais de 1 mil funcionários, mas voltou a fechar em 2016 e permanecia parada até 2021 (Figura 8).

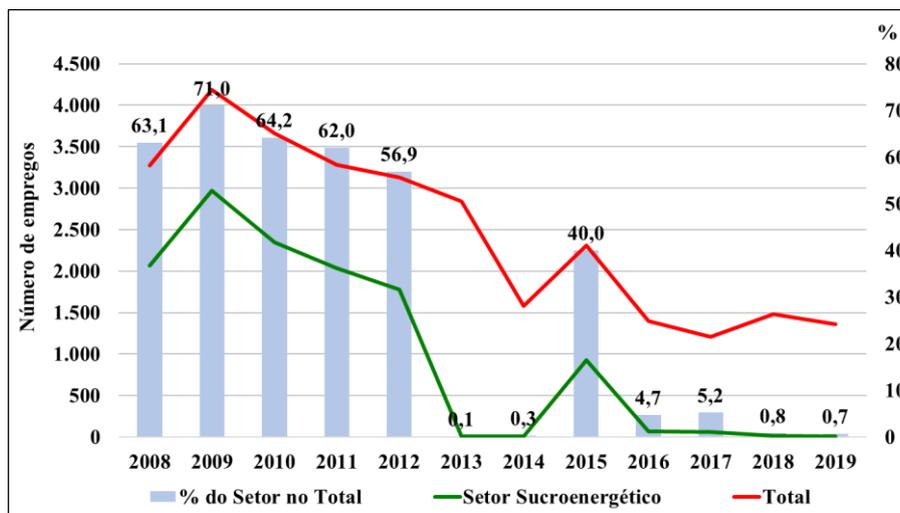


Figura 7 – Flórida Paulista (SP): evolução dos vínculos empregatícios total e no setor sucroenergético e porcentagem do setor no total de empregos do município, 2008-2019.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020).

Organização: Henrique Santos.

Como a cidade dependia fundamentalmente da usina para sustentar sua economia, houve grande abalo no comércio e na arrecadação fiscal²⁰. Segundo a Prefeitura Municipal, a usina tem uma dívida

¹⁹ Jornal o Estado de São Paulo (12/04/2011): **Em São Paulo, usina enfrenta greve de 1,5 mil empregados**. Disponível em: <https://bit.ly/3wNBOUY>; Portal Prudentino (26/06/2014): **Por salários, ex-trabalhadores da Floralco acionam Justiça**, disponível em: <https://bit.ly/36Q7kqU>. Acesso em: jul./2021.

²⁰ TV Fronteira (14/06/2014): **Flórida Paulista sente os reflexos da crise de uma usina do município**. Disponível em: <https://bit.ly/3rrwUvY>. Acesso em: jul./2021.

de R\$ 7,1 milhões em impostos. Em 2019, a usina foi leiloada por R\$ 54 milhões²¹, mas até o 1º semestre de 2021 não havia retomado as operações e muitos trabalhadores não tinham recebido as dívidas da massa falida, gerando vários protestos²². Como há quatro usinas sucroenergéticas próximas ao município, não houve registro significativo de diminuição da área plantada de cana-de-açúcar e, conseqüentemente, da área total agrícola (IBGE, 2020). O mesmo ocorreu com boa parte da mão de obra desempregada da usina, que pôde ser absorvida por essas outras empresas.

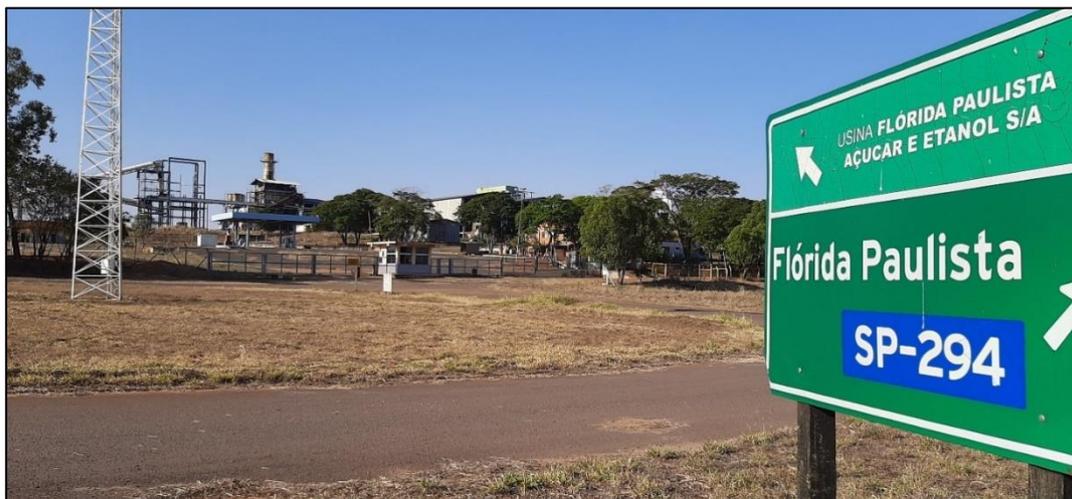


Figura 8 – Flórida Paulista (SP): vista da usina Flórida Paulista.
Fonte: Henrique Santos, trabalho de campo em agosto de 2021.

Semelhantemente aos casos de falência, as empresas em recuperação judicial também afetaram sobremaneira a dinâmica econômica de vários municípios que possuem usinas em difícil situação financeira e operacional, como as dos grupos Shree Renuka Sugars e Aralco. O grupo transnacional indiano *Shree Renuka*, que entrou em recuperação judicial em 2015, é um dos mais emblemáticos. A companhia teve grandes dificuldades financeiras e foi obrigada a se desfazer de ativos vinculados ao setor sucroenergético para cumprir com os acordos da recuperação, como a venda das usinas Revati e Madhu, instaladas, respectivamente, nos municípios paulistas de Brejo Alegre e Promissão²³. Contudo, antes das negociações, a situação operacional das usinas causou grandes danos aos municípios.

Brejo Alegre (SP), pequeno município de quase 3 mil habitantes, registrou perda de quase 5.000 empregos entre 2014 e 2019 com as dificuldades da usina Revati, unidade *greenfield* com capacidade de processar 4,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra (Figura 9) e que empregava

²¹ Novacana (06/08/2019): **Usina Flórida Paulista é arrematada por R\$ 54 milhões e deve voltar a operar**. Disponível em: <https://bit.ly/3Br9sDk>. Acesso em: jul./2021.

²² TV Fronteira (22/02/2021): **Ex-funcionários de usina fazem protesto no Fórum de Flórida Paulista**. Disponível em: <https://bit.ly/3hSjpC2>. Acesso em: jul./2021.

²³ Valor Econômico (02/04/2018): **Renuka pode se desfazer de suas usinas em SP**. Disponível em: <https://glo.bo/2UOFOqQ>. Acesso em: jul./2021.

moradores do município e região. Até 2017, o município registrava 1.472 empregos formais, número que caiu para apenas 520 em 2019 com o fechamento da usina em 2018 (Figura 10). Vários trabalhadores demitidos estavam com salários atrasados e não receberam devidamente as verbas rescisórias²⁴, o que levou muitas famílias a enfrentar dificuldades de moradia e alimentação. A dívida total com os trabalhadores era de cerca de R\$ 12,8 milhões. O evento também causou paralisa do comércio e o fechamento de várias empresas prestadoras de serviços e que muito dependiam do funcionamento da usina, bem como a queda de quase 40% da arrecadação tributária da prefeitura. A retração econômica se expressou, logo, pela diminuição drástica do PIB municipal, de R\$ 673,3 milhões em 2015 para R\$ 83,1 milhões em 2019 (IBGE, 2020d). Os vínculos empregatícios ligados ao setor sucroenergético que ainda restavam eram trabalhadores do cultivo da cana-de-açúcar, lavoura remanescente que passou a ser destinada a outras usinas da região. No final do ano de 2020 a usina chegou a ser leiloada²⁵, mas o negócio foi embargado pelos bancos credores que não aceitaram o pagamento parcelado da compra da unidade.

Promissão (SP), de 40 mil habitantes, também sentiu os mesmos efeitos com a redução do nível operacional da Usina Madhu a partir de 2015, que gerou demissões repentinas e dificuldade às famílias dos trabalhadores e ao comércio da cidade. A unidade (uma das maiores do país), que possui capacidade de processar até 6,5 milhões de toneladas de cana por safra e de empregar mais de 3.000 funcionários, estava em processo de leilão e até o primeiro semestre de 2021 não havia sido arrematada. A empresa representava mais de 30% do total de empregos gerados no município e muitos dos cerca de 1.250 trabalhadores que foram dispensados entre 2015 e 2018 estavam com os salários atrasados e sem receber os direitos contratuais²⁶. Muitos fornecedores e proprietários de terras da região também ficaram sem receber, conforme nos confirmou representantes da Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar do Noroeste Paulista (Norplan) e do Sindicato Rural de Lins em agosto de 2021.

Com isso, houve redução do número de empregos formais, de empresas ativas, no PIB (total, indústria e agropecuária), na área de cultivo da cana-de-açúcar, na área e no valor da produção agrícola no município, conforme podemos notar nos dados da Tabela 4. A usina continua operando com ociosidade de 50% por falta de produtores da região com interesse em estabelecer contratos de parceria para o cultivo de cana-de-açúcar, pois muitos perderam a confiança na empresa, segundo

²⁴ O Estado de São Paulo (07/12/2017): **Em recuperação judicial, grupo usineiro demite 800 funcionários no interior paulista**, disponível em: <https://bit.ly/2TawnBG>; G1 (10/12/2017): **Funcionários demitidos de usina de Brejo Alegre alegam não ter recebido rescisão**, disponível em: <https://glo.bo/3rda1fF>. Acesso em: jul./2021.

²⁵ Valor Econômico (12/11/2020): **Íntegra compra Usina Revati, da Renuka, por R\$ 263,5 milhões**. Disponível em: <https://glo.bo/3wBDDUY>. Acesso em: jul./2021.

²⁶ Novacana (06/10/2017): **Demissão de 600 trabalhadores da Usina Madhu (Renuka) gera reflexos em Promissão (SP)**, disponível em: <https://bit.ly/3wKr9KJ>; Novacana (28/08/2018): **Crise em usina da Renuka, em Promissão (SP), provoca prejuízos à população e ao comércio**, disponível em: <https://bit.ly/2TduMLz>. Acesso em: jul./2021.

afirmou o administrador judicial em entrevista na mesma data. Contudo, a mesma vem quitando as dívidas com trabalhadores, fornecedores e bancos.



Figura 9 – Brejo Alegre (SP): vista da usina Revati quando ainda estava em operação.
Fonte: Jornalcana (2020).

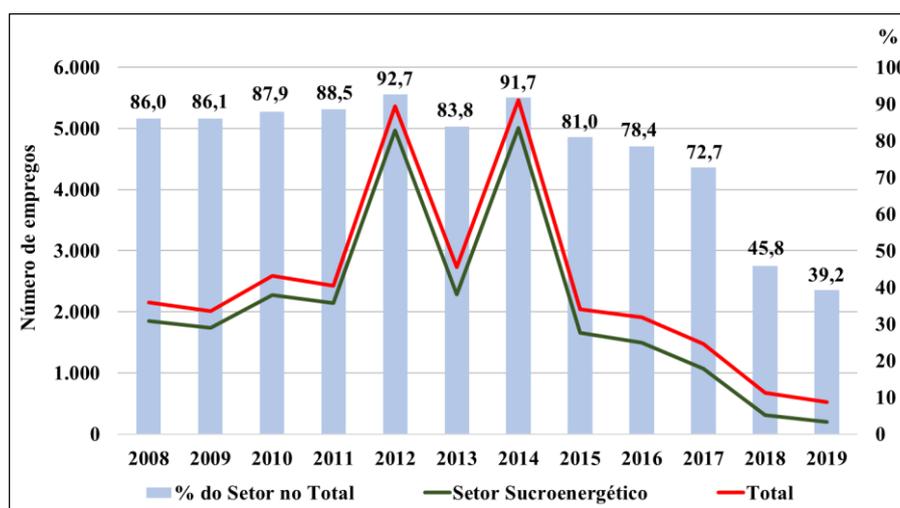


Figura 10 – Brejo Alegre (SP): evolução dos vínculos empregatícios total e no setor sucroenergético e porcentagem do setor no total de empregos do município, 2008-2019.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020).

Organização: Henrique Santos.

Tabela 4: Promissão (SP): alguns indicadores econômicos, 2008-2019.

Ano	Emprego no setor suco.	Emprego total	Número de empresas ativas	PIB Total (R\$)	PIB Indústria (R\$)	PIB Agropecuária (R\$)	Área plantada de cana-de-açúcar (ha)	Área agrícola (ha)	Valor da produção agrícola (R\$)
2008	3.898	10.742	970	900.929	415.923	59.854	28.000	32.909	15.816
2009	3.534	10.713	1.002	977.006	467.298	18.553	-	-	18.458
2010	4.120	11.885	1.058	1.411.352	688.664	62.139	28.000	31.861	25.790
2011	3.879	11.284	1.062	1.655.644	839.758	55.560	29.056	34.742	18.852
2012	912	8.766	1.134	1.639.354	817.093	71.300	29.056	35.088	26.954
2013	4.053	12.141	1.202	1.554.123	705.256	57.234	19.000	24.248	21.867
2014	779	9.203	1.246	1.603.628	701.694	62.394	25.615	29.969	16.758

2015	2.808	10.170	1.169	2.393.768	1.537.775	48.968	19.413	23.169	19.732
2016	2.626	9.671	1.067	1.610.126	657.196	92.946	21.496	25.766	31.043
2017	1.953	9.121	1.010	1.773.885	801.509	80.154	21.350	26.139	26.263
2018	1.570	8.803	957	1.626.226	673.216	69.619	23.120	27.104	29.644
2019	1.580	8.986	956	-	-	-	22.410	27.457	19.104

Fonte: IBGE (2020a, 2020c, 2020d, 2020e) e RAIS (2020).

Organização: Henrique Santos.

O grupo *Aralco*, em recuperação judicial desde 2014 e com R\$ 1 bilhão em dívidas²⁷, também desativou uma de suas usinas para reduzir custos operacionais, no município de Santo Antônio do Aracanguá (SP). Além desta, o grupo possui mais duas usinas próximas nos municípios de Buritama (SP) e General Salgado (SP), formando um *cluster* de usinas a uma distância de aproximadamente 40 Km entre elas. Com apenas 8 mil habitantes, o município sentiu os efeitos do fechamento da usina em 2015, que processava 2,4 milhões de toneladas de cana por safra e empregava cerca de 1,5 mil funcionários, quase metade residente (Figura 11).

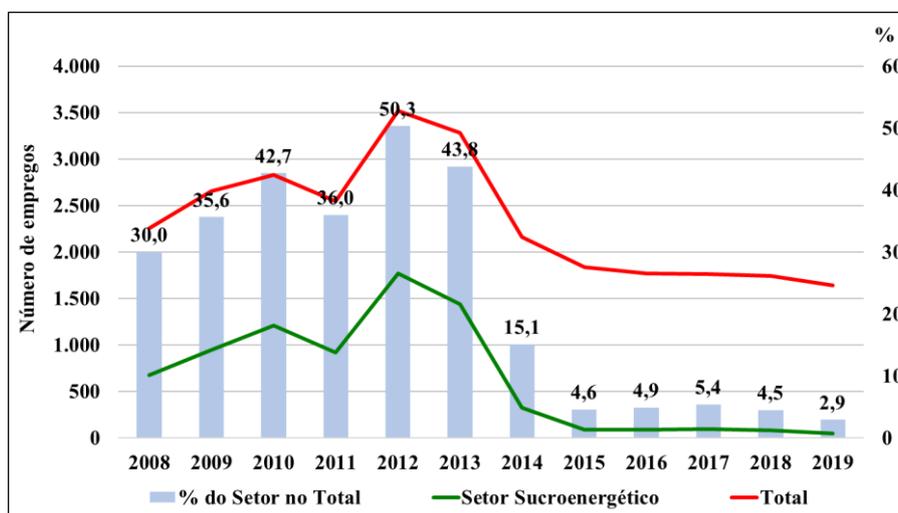


Figura 11 – Santo Antônio do Aracanguá (SP): evolução dos vínculos empregatícios total e no setor sucroenergético e porcentagem do setor no total de empregos do município, 2008-2019.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2020).

Organização: Henrique Santos.

A demissão dos trabalhadores se deu sem o pagamento integral dos últimos salários e dos direitos trabalhistas, cujo montante das dívidas com a categoria foi parcelado em vários meses, segundo nos informou a Prefeitura Municipal (agosto de 2021). Houve ainda o atraso no pagamento de fornecedores e de impostos, ambos quitados recentemente. Contudo, segundo os entrevistados, o movimento do comércio e das empresas prestadoras de serviços não tinha se recuperado totalmente, embora vários moradores passaram a trabalhar em outras usinas da região. A arrecadação dos

²⁷ O Estado de São Paulo (06/03/2014): **Grupo Aralco pede recuperação judicial**. Disponível em: <https://bit.ly/3jZCEtr>. Acesso em: jul./2021.

impostos teve uma queda de mais de 50%, bem como houve aumento das despesas com auxílios sociais e com atendimentos da saúde pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a instalação e operação de uma usina sucroenergética possa, de fato, resultar no aumento dos níveis de emprego e de renda e gerar crescimento econômico, sobretudo nos pequenos municípios (BACCHI e CALDARELLI, 2015; GILIO e MORAES, 2016; CALDARELLI e PERDIGÃO, 2018; GUEDES, VIAN e TERCI, 2019), a forma como as empresas do setor usam o território para obter elevados níveis de competitividade acaba criando laços de dependência que pode tornar esses lugares altamente vulneráveis a quaisquer condições desfavoráveis do mercado de açúcar e etanol que afetem o empreendimento. Essa vulnerabilidade também se vincula a outras implicações socioambientais inerentes ao padrão de monocultivo intensivo que se expande pelos espaços rurais próximos às agroindústrias (CAMELINI e CASTILLO, 2012; SANTOS e DREZZA, 2021).

No geral, os principais efeitos negativos da falência e fechamento de usinas notados nos municípios analisados são: a queda dos níveis de emprego, a diminuição da renda dos habitantes (do campo e da cidade), a redução da produção agrícola, o fechamento de empresas (indústria e serviços), o colapso do comércio local e o decréscimo do Produto Interno Bruto (PIB) e da arrecadação fiscal das prefeituras. A mesma situação se observa com as usinas em recuperação judicial, que devido a dificuldades financeiras, comumente diminuem o ritmo da produção, demitem seus funcionários repentinamente e, na maioria dos casos, possuem dívidas com os agentes locais que se relacionam com a empresa.

Constata-se, ainda, que boa parte das usinas que atualmente se encontram fechadas mantinham condições irregulares durante o seu funcionamento, em âmbito ambiental, trabalhista e contratual, sendo comuns, por exemplo, a prática de queimadas e desmatamentos ilegais, descarte inadequado de resíduos agroindustriais (vinhaça, torta de filtro), precarização do trabalho (inclusive casos de trabalho análogo à escravidão), atrasos de salários e/ou não pagamento de direitos trabalhistas (rescisão de contrato, férias, décimo terceiro, FGTS, INSS), débitos com proprietários de terras, fornecedores de matéria-prima, bancos e Estado (impostos e tributos municipais, estaduais e federais) etc. O acúmulo de dívidas com os agentes locais, por conseguinte, é um agravante da situação de dificuldade econômica dos municípios, pois reduz drasticamente a renda da população, prejudica o movimento do comércio e limita os investimentos públicos.

Dada as implicações geográficas que atividade agroindustrial sucroenergética provoca nos lugares, podemos considerar que as grandes usinas e suas áreas anexas de cultivo canavieiro podem ser vistas como *formas geográficas*, das quais, segundo Milton Santos (1979), difundem, através do 10.5281/zenodo.14064262

conteúdo e da função que lhes são próprias, o capital hegemônico nas regiões onde se instalam, provocando grandes transformações da estrutura socioeconômica local e diversas implicações territoriais. O crescimento econômico proporcionado pela expansão do setor sucroenergético nessas localidades mais especializadas é, portanto, acompanhado de uma elevada vulnerabilidade territorial.

REFERÊNCIAS

BACCHI, M. R. P.; CALDARELLI, C. E. Impactos socioeconômicos da expansão do setor sucroenergético no estado de São Paulo, entre 2005 e 2009. **Nova Economia**, v. 25, n. 1, p. 209-224, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Brasília: DOU, 2005.

CALDARELLI, C. E.; PERDIGÃO, C. A agroindústria canavieira e seus impactos socioeconômicos na região Centro-Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 12, n. 1, p. 35-50, 2018.

CAMELINI, J. H.; CASTILLO, R. Etanol e Uso Corporativo do Território. **Mercator**, v. 11, n. 25, p. 7-18, 2012.

CASTILLO, R. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado. **Revista GEOgraphia**, n. 35, p. 95-119, 2015.

CHESNAIS, F. As raízes da crise econômica mundial. **Revista em Pauta**, v. 11, n. 31, p. 21-37, 2013.
CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Geosp – Espaço e Tempo**, n. 30, p. 5-12, 2011.

ENDLICH, Â. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 360p.

EPE – EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Análise de conjuntura dos biocombustíveis: ano 2020**. Rio de Janeiro: EPE, 2021. Disponível em: www.epe.gov.br. Acesso em: 17 set. 2021.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, v. 9, n. 20, p. 75-81, 2010.

GUEDES, S. N. R.; VIAN, C. E. F.; TERCI, E. T. T. (Orgs.). **Agroindústria canavieira e desenvolvimento territorial: evidências de estudos de casos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. 275p.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011. 238p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades (REGIC)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos**. Rio de Janeiro: Libroe, 2021. 311p.

MENDONÇA, M. L.; PITTA, F. T.; XAVIER, C. V. **A Agroindústria Canavieira e a Crise Econômica Mundial**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 40p.

NEVES, M. F.; CONEJERO, M. A. (Orgs.). **Estratégias para a cana no Brasil: um negócio classe mundial**. São Paulo: Atlas, 2010. 288p.

NOVACANA. **Portal de Notícias e Dados Estatísticos Sobre o Setor Sucroenergético**. 2020. Disponível em: <https://www.novacana.com>. Acesso em: 01 dez. 2020.

PEREIRA, M. F. V. O Setor Sucroenergético no Triângulo Mineiro e as “Cidades da Cana”. In: XXII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais...** Natal: UFRN, 2014, p. 2801-2816.

PITTA, F. T. et al. **Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. 40p.

PROCANA. **Anuário da Cana: Brazilian Sugar and Etanol Guide**. 2016. Ribeirão Preto, 2016.

PROCANA. **Anuário da Cana: Brazilian Sugar and Etanol Guide**. 2009. Ribeirão Preto, 2009.

RAIS – RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. **Vínculos Empregatícios**. 2020. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged>. Acesso em: 01 out. 2020.

RPA – RICARDO PINTO CONSULTORIA. **Situação Jurídica e Operacional das Usinas Sucroenergéticas, setembro de 2020**. Dados obtidos mediante comunicação pessoal. São Paulo: RPA, 2020.

SAPCANA. **Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Usinas cadastradas. 2020. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sapcana>. Acesso em: 01. jul. 2020.

SANTOS, H. F. **Especialização regional produtiva e vulnerabilidade territorial no agronegócio globalizado: implicações locais da expansão e crise do setor sucroenergético no Brasil**. 2022. 406 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

SANTOS, H. F.; CASTILLO, R. Vulnerabilidade territorial do agronegócio globalizado no Brasil: crise do setor sucroenergético e implicações locais. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, p. 508-532, 2020.

SANTOS, H. F.; DREZZA, M. B. Implicações socioambientais do moderno agronegócio sucroenergético e vulnerabilidade territorial no Brasil: sustentabilidade para quem? **Formação**, v. 28, n. 53, p. 47-77, 2021.

SANTOS, H. F.; SAMPAIO, M. A. P. Fatores determinantes da recente crise do setor sucroenergético no Brasil. **GeoUERJ**, n. 42, p. 28-38, 2023.

SANTOS, H. F. et al. Crise do setor sucroenergético no Brasil e a vulnerabilidade territorial dos municípios canavieiros. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales**, v. 48, n. 145, p. 1-26, 2022.

SANTOS, M. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. São Paulo: Edusp, 2011. 208p.

SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. **Cidades pequenas:** perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013. 148p.

SILVEIRA, M. L. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, p. 4-12, 2011.